

## A NARRATIVA DA DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL NO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA - RR<sup>1</sup>

THE NARRATIVE OF THE DEMARCATION OF THE RAPOSA SERRA DO SOL INDIGENOUS LAND IN THE NEWSPAPER FOLHA DE BOA VISTA - RR

LA NARRATIVA DE LA DEMARCACIÓN DE LA TIERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL EN EL PERIÓDICO FOLHA DE BOA VISTA - RR

*Fábio Gonçalves de Almeida<sup>2</sup>*

*Vilso Junior Santi<sup>3</sup>*

**Resumo:** A posse privada, desde a Lei de Terras de 1850, resultou em cerceamento de direitos de muitos segmentos sociais, especialmente os Povos Originários. Embora os Povos Indígenas tenham direito aos seus territórios (reconhecidos desde o século XVII, e estabelecidos também na Constituição de 1934), eles enfrentam séculos de luta e resistência para garantir esse direito. Em Roraima, na década de 1990, o jornal Folha de Boa Vista (objeto de análise nesta investigação) impôs narrativas que silenciaram o Movimento Indígena e suas lideranças, durante o processo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS). Discutir o papel da comunicação e da produção da informação jornalística na construção de narrativas hegemônicas sobre o território é o que propomos neste texto. A análise de discurso / de conteúdo (estratégia metodológica acionada) apontou que as narrativas produzidas fundamentaram o silenciamento das lideranças indígenas e suas organizações representativas no processo de disputa pelo direito ao usufruto do território tradicionalmente ocupado.

**Palavras-chave:** movimento indígena; narrativa jornalística; TI Raposa Serra do Sol; jornalismo local; silenciamento.

**Abstract:** Since the Land Law of 1850, private ownership has resulted in the curtailment of the rights of many social segments, especially Indigenous Peoples. Although Indigenous Peoples have the right to their territories (recognized since the 17th century, and established in the 1934 Constitution), they have faced centuries of struggle and resistance to guarantee this right. In Roraima, in the 1990s, the newspaper Folha de Boa Vista (the object of analysis in this investigation) imposed narratives that silenced the Indigenous Movement and its leaders during the process of demarcating the Raposa Serra do Sol Indigenous Land (TIRSS). We

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

<sup>2</sup> Jornalista, Historiador e Especialista em Gestão Ambiental. Pesquisador integrante do Observatório Cultural da Amazônia e do Caribe (AMAZOOM / UFRR), e-mail: fabioalmeida.rr@gmail.com .

<sup>3</sup> Prof. Dr. Pesquisador do Curso de Comunicação Social – Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Coordenador do Observatório Cultural da Amazônia e do Caribe (AMAZOOM / UFRR), e-mail: vjrsanti@gmail.com .

propose to discuss the role of communication and the production of journalistic information in the construction of hegemonic narratives about the territory. Discourse/content analysis (the methodological strategy used) showed that the narratives produced were the basis for silencing indigenous leaders and their representative organizations in the process of disputing the right to usufruct of the traditionally occupied territory.

**Keywords:** Indigenous Movement; Journalistic Narrative; TI Raposa Serra do Sol; Local Journalism; Silencing.

**Resumen:** Desde la Ley de Tierras de 1850, la propiedad privada ha supuesto el recorte de los derechos de muchos segmentos sociales, especialmente de los Pueblos Indígenas. Aunque los Pueblos Indígenas tienen derecho a sus territorios (reconocido desde el siglo XVII, y también establecido en la Constitución de 1934), se han enfrentado a siglos de lucha y resistencia para garantizar este derecho. En Roraima, en la década de 1990, el periódico Folha de Boa Vista (objeto de análisis de esta investigación) impuso narrativas que silenciaron al Movimiento Indígena y a sus líderes durante el proceso de demarcación de la Tierra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS). Nos proponemos discutir el papel de la comunicación y de la producción de información periodística en la construcción de narrativas hegemónicas sobre el territorio. El análisis del discurso/contenido (estrategia metodológica utilizada) mostró que las narrativas producidas fueron la base para silenciar a los líderes indígenas y a sus organizaciones representativas en el proceso de disputa del derecho de usufructo del territorio tradicionalmente ocupado.

**Palabras clave:** Movimiento Indígena; Narrativa Periodística; TI Raposa Serra do Sol; Periodismo Local; Silenciamiento.

## INTRODUÇÃO

A presente discussão evidencia que os Povos Indígenas, além de enfrentar os interesses da burguesia, precisaram lutar contra o Estado e, muitas vezes, contra os próprios meios de comunicação. Foi isso que ocorreu na década de 1990 em Roraima. Tal fato é explicitado pela análise das narrativas (e silenciamentos) impostos ao Movimento Indígena e suas lideranças pelo jornal Folha de Boa Vista, no processo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta pesquisa, acreditamos que observar esse processo consiste em um passo importante, para explicitar o papel que a comunicação possui no estabelecimento das relações sociais e suas possibilidades, expressas na construção de narrativas hegemônicas, principalmente quando interesses conflituosos são digladiados na sociedade.

Para analisar as narrativas produzidas pelo jornal Folha de Boa Vista adotamos as referências teórico-metodológicas da Análise de Discurso (AD) e da Análise de Conteúdo (AC). Estas permitiram apontar, por meio da identificação de formações e sequências discursivas, quais os argumentos fundamentaram o silenciamento das lideranças indígenas e suas organizações representativas no processo de disputa pelo direito ao usufruto do território

tradicionalmente ocupado – algo já estabelecido no artigo 231 da Constituição brasileira – quando do processo de demarcação da TI Raposa Serra do Sol.

Entender melhor esse processo exigiu olhares que implicam compreender o papel do jornalismo e da produção da informação protagonizada por inferências culturais, ideológicas e econômicas, que estabelecem a modulação das interações e relações sociais, dentro da totalidade diversa que se constitui a sociedade roraimense. Para tanto, a partir de autores como Watzlawick (1967), Defleur (1993), Damatta (1997), França (2001), Souza (2006), Santi (2009) e Santos (2012), apresentamos inicialmente um olhar teórico sobre o processo comunicativo, buscando entender a importância da comunicação na vida do ser humano, sua referência no estabelecimento de elos sociais que permeiam a consolidação de grupos de opinião e como se inserem os *mass media* neste contexto.

Depois, buscamos olhar como se fundamenta as inferências sobre comunicação e jornalismo, partindo da notícia até encontrar os conceitos de narrativa – noções essenciais para procedermos a análise proposta por este trabalho de pesquisa. Fizemos isso a partir das contribuições de Ricoeur (1994), Chaparro (2001), Polistchuk e Trinta (2003), Morigi (2004), Wolf (2006), Costa Júnior (2010), Motta (2017), Peixinho (2017), Babo (2017), Maia e Tavares (2017), Calado (2017), Quadros e *et al* (2017), Alexandre (2018) e Fonseca e Mota (2018).

Na sequência trabalhamos a terra / território como instrumento de poder no Brasil e pudemos observar aí como o processo de sua concentração se consolida como instrumento político e econômico no país. Aí discutimos também sobre o processo de definição legal do usufruto e do reconhecimento, pelo Estado brasileiro, dos direitos dos Povos Indígenas aos seus territórios e detalhamos como se organizou a luta em defesa da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima. Para tanto foram acionadas as contribuições de autores como: Ribeiro (1995), Vieira (2003), Lopes e Mattos (2006), Cabral (2015), Santos e Pereira (2018), e Boas (2018).

Paralela a estas discussões, a partir de Sánchez (2005), Benetti (2007) e Herscovitz (2007), se impôs a necessidade de discorrermos sobre o processo metodológico utilizado no desenvolvimento do olhar sobre o objeto pesquisado – sobre as narrativas produzidas pelo jornal Folha de Boa Vista nos meses da publicação do Relatório Antropológico referente à Terra Indígena Raposa Serra do Sol (maio 1993), e do Decreto 820, datado dezembro 1998.

Para desenvolver tais atividades buscamos adotar os princípios que regem os métodos da Análise de Discurso (AD) e Análise de Conteúdo (AC), direcionados para perseguir resposta as perguntas geradoras do trabalho: a) Houve, de fato, silenciamento dos movimentos

indígenas? b) Como se estabeleceu as narrativas do periódico sobre a questão territorial da demarcação no período observado?

O projeto editorial em questão foi selecionado em virtude de sua relativa perenidade no ecossistema comunicativo de Roraima – é o jornal mais antigo em circulação no estado. A fim de cumprir com os propósitos da pesquisa fomos forçados a buscar as edições do jornal Folha de Boa Vista em diversos lugares, tendo em vista o descaso com a memória e a inexistência de um Arquivo Público no Estado de Roraima.

Os jornais referentes ao ano de 1993 foram acessados por meio da Biblioteca Nacional que desenvolve a digitalização dos periódicos faz algum tempo<sup>4</sup>. Já os jornais referentes ao ano de 1998 foram fotografados a partir do acervo do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Roraima (UFRR), que disponibiliza para acesso arquivos de vários periódicos<sup>5</sup>. Coletamos nestes acervos todas as publicações que possuíam referência aos atos administrativos e aos acontecimentos relacionados ao processo da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Propomos, a partir disto, analisar o processo de silenciamento do Movimento Indígena, neste periódico, no período de estabelecimento legal do processo de demarcação. Bem como, descortinar o estabelecimento da narrativa adotada pelo jornal para fomentar, divulgar e promover o debate público em torno de um tema de grande repercussão local.

## **DO DIÁLOGO À COMUNICAÇÃO DE MASSAS**

Aqui partimos do pressuposto que a comunicação se estabelece socialmente como um instrumento que fomenta as relações sociais, constituídas sobre o princípio da sociabilidade humana e da temporalidade, como afirma Damatta (1997) – as quais se fundamentam por meio de contratos sociais que expressam valores e ideologias por meio de sistemas abertos ou fechados de relações comunicativas.

Nos apoiamos também nas ponderações de Watzlawick (1967) para quem os sistemas (comunicativos) estabelecem objetos e atributos que se estruturam por meio de uma rede de transmissão cultural baseada na percepção, interpretação e significação dos acontecimentos – que, como afirma Souza (2006), criam expectativas e envolvimento das pessoas, por meio da forma e conteúdo que são socializados no espaço geográfico – em cujo território o homem, como um ser social, se estabelece por meio das relações de poder constituídas.

---

<sup>4</sup>Disponível no link <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=892378&pagfis=23648> os jornais do ano de 1983 a março de 1998.

<sup>5</sup>Importante salientar que estes jornais se encontram em péssimas condições de arquivo, podendo ser perdidos no decorrer do tempo.

Neste conjunto de relações sociais surgem *o massmedia* como um dos instrumentos interacionais que se consolidam como preponderantes. Tal fenômeno é observado/discutido por meio de diversas correntes teóricas que buscam fundamentar (para melhor compreender) a relação entre o homem social, a comunicação e suas narrativas – que se estabelecem no campo da disputa social, forjada por meio da estrutura de classes, as quais carregam consigo (de forma mais ou menos consolidada) práticas sociais tornadas hegemônicas – dentre as quais as notícias produzidas e socializadas.

E, por isso, pautamos aqui o papel da comunicação interpessoal e de massa, no processo interacional – estabelecido no contexto social de organização do espaço geográfico, como afirma Santos (2012). Pois, é aí que se reproduzem os interesses individuais ou comunitários, conforme os vínculos sociais estabelecidos. É aí, também, que podemos encontrar possíveis respostas sobre como as narrativas do *massmedia* se estabelecem no processo interacional da sociedade.

No entanto, não podemos esquecer que a dominação de uma classe social sobre a outra é uma realidade das sociedades urbano-burguesas (como a nossa). Desta forma, o entendimento das “percepções sociais” na formulação teórica dos estudos da comunicação é essencial para um outro olhar sobre a construção da notícia – como processo da formulação de narrativas, as quais apontam para que instrumentos da comunicação de massa, a exemplo do jornal Folha de Boa Vista, em Roraima, ajudam a forjar uma percepção socio-territorial hegemônica – (no caso) contra a luta indígena pelo direito a terra – fomentando uma perspectiva de conflito social.

## **A NARRATIVA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA**

O jornalismo consiste em uma das ferramentas da comunicação de massas, o qual (pode-se especular) foi essencial no processo das “revoluções burguesas” ocorridas no século XIX. Neste escopo a comunicação assume o papel de uma efetiva ferramenta sociopsicológica na constituição das sociedades de massas – baseadas na concentração populacional, no surgimento do estado nação e no desenvolvimento de uma organização social urbano-industrial, fundamentada na diferenciação de classes sociais.

É por isso que muitas das formulações dos estudos sobre a construção da notícia buscam compreender os efeitos das notícias sobre os indivíduos, socialmente estabelecidos em categorias sociais. Para nós, a compreensão desta “forma de produção” é essencial à percepção do processo de silenciamento do Movimento Indígena durante as disputas de

narrativas estabelecidas em Roraima, quando da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS).

Aí, a questão da narrativa (na construção da notícia e do território noticiado), mesmo entremeada por alguns outros elementos teóricos, baliza a sustentação do que chamamos “narrativas idealizadas” nos *massmedia* locais. Tais narrativas, como demonstra a pesquisa, passam invariavelmente pela importância dada às fontes (ou a ausência delas), na formulação da notícia; e, no conseqüente debate que determina o pronunciamento/silenciamento da fala de alguns segmentos (em detrimentos de outros) em temas de conflito entre as classes pela posse do território.

As fontes aí representam a essencialidade na formatação da narrativa jornalística. É por meio delas que o jornalismo supera a premissa da literatura. Ou seja, são as fontes (suas falas e suas compreensões de mundo) que fundamentam a “veracidade” do acontecimento. Pois, é por meio da observação, das informações provenientes de suas fontes (pessoas ou instituições) que os jornalistas / o jornalismo constrói a notícia e as narrativas que ela carrega.

É perseguido este sentido que o “narrar” no jornalismo busca (ou deveria buscar) a multiplicidade de olhares e vozes, descortinando o processo de institucionalidade da fala, principalmente quando interesses sociais coadunam processos de disputas territoriais que implicam diretamente em rupturas culturais. É derivada dessa discussão nossa ponderação que sustenta, para este trabalho ao menos, que a narrativa com corte de classe e como construção cultural fortalece o silenciamento de segmentos sociais e impõe compreensões sociais distorcidas sobre o território quando se forjam disputas sociais.

Acionamos aí pressupostos da teoria da Espiral do Silêncio, corrente do jornalismo que dialoga com nossa preocupação em mapear, ao longo do tempo, a narrativa que, no caso em tela, se fundamenta numa determinada construção cultural, segundo a qual os indígenas e a demarcação de suas terras “atrapalham o desenvolvimento do Estado de Roraima”.

Tal estratégia ajuda a evidenciar que os referenciais de silenciamento e da narrativa de conflito adotados pelo jornal Folha de Boa Vista se constituem como um ato determinado para forjar uma opinião (pública) que referenda a posição contrária a demarcação das terras, reconhecidas e tradicionalmente ocupadas pelos povos originários locais.

Quando olhamos para os estudos sobre narrativas jornalísticas, percebemos que o ser humano “(...) organiza a vida em termos de narratividades para reconstruir vivências individuais e coletivas” (Peixinho, 2017, p. 08). Essas narratividades, que também passam pelo jornalístico, são carregadas de sentidos e valores – os quais são reproduzidos entre os diversos grupos sociais influenciando-os ao longo do tempo.

É seguindo esta perspectiva que Motta (2017, p. 43-44) postula que ao construirmos nossos significados, a partir de fragmentos de informações extraídas do fluxo midiático ao longo do tempo, “(...) estabelecemos a narrativa compreendida como uma ação cujo protagonismo, voz e perspectiva dos sujeitos narrador e destinatário, na construção do sentido, (devem ser) incorporados à análise”.

A narrativa aí funciona como processo de exposição de acontecimentos e se estabelece quando temos diante da produção jornalística fatos marcantes que possibilitam “(...) uma mudança de registro com implicações estruturantes” (Babo, 2017, p. 77). Portanto, a ideia narrativa que prevalece nessa investigação é observada a partir da premissa de um fazer transformador, “(...) de um estado inicial de disfunção entre sujeito e objeto para um estado final de conjunção”.

Neste sentido é que postulamos que as narrativas (re)produzidas pelo jornal Folha de Boa Vista, quando do processo de demarcação da TIRSS, impõe uma perspectiva conjuntiva de oposição ao direito constitucional dos Povos Originários, ao estabelecer como principal linha editorial a oposição à demarcação do território em área contínua. Pois, como nos lembra Maia e Tavares (2017, p. 76), o jornalismo como ferramenta comunicativa, forjada por meio da narração dos acontecimentos, constrói os múltiplos sentidos dos acontecimentos cotidianos, sendo “(...) nessa instância que o acontecimento se projeta para além da experiência individual e passa a ser pensado em termos de alcance coletivo”.

Tais narrativas “jornalísticas”, ainda conforme Maia e Tavares (2017, p. 83), “(...) são configuradas (nas) e pelas rupturas, pela afetação dos sujeitos e pela rede de significações sociais”. E, portanto, o jornalista deve, segundo Quadros e *et al* (2017), sempre observar que ao narrar se atribui coerência e sentidos a elementos da experiência vivida.

## **O PROJETO EDITORIAL FOLHA DE BOA VISTA - RR**

A primeira edição do jornal Folha de Boa Vista circulou em 21/10/1983, sob a responsabilidade jornalística de Cosette Espíndola de Castro. Editado na capital de Roraima o periódico iniciou com sua impressão na cidade de Manaus. Em agosto de 1984 a impressão começou a ser feita na capital roraimense, com a circulação do periódico permanecendo semanal até o mês de outubro de 1985.

Inicialmente o jornal semanal circulava contendo oito páginas. Ele não possuía uma definição clara de editoriais, as quais variavam conforme as notícias disponíveis. Ao se tornar diário o número de páginas foi reduzido para seis, mantendo-se a indefinição quanto às

editorias, sendo identificada apenas a página de opinião – conforme análise dos jornais disponibilizados no site da Biblioteca Nacional.

Uma característica marcante deste período consiste no aproveitamento constante, para construção das notícias e suas narrativas, do depoimento das lideranças indígenas<sup>6</sup>. Estas, quase sempre pautavam em suas falas a luta pela demarcação de suas terras; o caos das políticas de desenvolvimento; e os contrapontos à violência a que eram submetidos os povos tradicionais, seja por fazendeiros ou pela polícia.

Após uma crise no ano de 1989, a empresa passa a ser administrada pelo ex-Governador do Território Federal de Roraima, Getúlio Sousa Cruz<sup>7</sup>. O jornal então retorna a circular partir de março de 1990, com um novo layout e contando com oito páginas. Nesse período não mantém a frequência diária. No ano de 1990, foram rodadas apenas 132 edições, das quais 115 encontram-se digitalizadas no site da Biblioteca Nacional.

A nova gestão reduziu os espaços as vozes indígenas. A partir do ano de 1990, o tema da demarcação das Terras Indígenas e as pautas que utilizavam lideranças indígenas como fontes dos jornalistas desaparecem. Conforme esta pesquisa demonstra, a pauta indígena não desaparece completamente das editorias e da capa do jornal, mas, as matérias deixam de ter como fontes principais os próprios indígenas, como ocorria anteriormente<sup>8</sup>.

De qualquer forma, a temática indígena parece possuir importância para o jornal. Das capas dos jornais publicados no ano de 1990 (que se encontram digitalizadas) 20,9% trouxeram assuntos relacionados com os Povos Originários – demonstrando o interesse do jornal Folha de Boa Vista em publicar notícias sobre os acontecimentos gerados, seja pelos conflitos estabelecidos ou pelas ações dos governos. Nesse período os temas abordados preconizavam a mineração e os conflitos estabelecidos no processo de retirada de garimpeiros ilegais das terras indígenas – ações promovidas pelo Governo Federal – enfatizando, porém, a contrariedade do Governo do Estado em relação a estas ações.

Já no período prévio ao compreendido por nossas análises, quando o tema é demarcação das Terras Indígenas, as fontes dos povos originários de fato desaparecem.

---

<sup>6</sup> Uma das passagens importantes neste período, anterior a criação do Conselho Indígena do Território de Roraima (CINTER), foi a passagem por Roraima do Deputado Federal Mário Juruna, ocorrida em 05/04/1985, cujo objetivo foi debater sobre a criação do Parque Indígena Yanomami.

<sup>7</sup> Getúlio de Sousa Cruz governou o Território Federal de Roraima entre 26/06/1985 e 14/10/1987.

<sup>8</sup> Um claro exemplo deste processo de apagamento dos indígenas como fonte das narrativas é o fato de que o periódico não registrou em suas páginas a criação do Conselho Indígena de Roraima (CIR), em 30/08/1990. Este acontecimento não teve uma linha publicada no periódico.



Assume protagonismo em seu lugar uma narrativa de contestação dos processos demarcatório e a voz de “resistência” dos fazendeiros<sup>9</sup>.

Essa mudança na linha editorial, junto com o silenciamento dos Movimentos Indígenas e suas lideranças, ajuda a forçar e reforçar uma narrativa hegemônica (e ideológica) segundo a qual os indígenas “atrapalham o desenvolvimento do Estado”, ao exigirem a demarcação e o reconhecimento da ocupação tradicional de suas terras. A partir de então as notícias relacionadas à temática passam a seguir a mesma lógica de produção de conteúdo, a qual tem o silenciamento das vozes indígenas como paradigma de uma prática editorial consolidada no jornal Folha de Boa Vista neste período.

### **A NARRATIVA DA DEMARCAÇÃO X A DEMARCAÇÃO DA NARRATIVA**

O processo de demarcação da TIRSS concatena um conjunto de conflitos sociais que envolvem segmentos diferentes da sociedade roraimense. De um lado encontramos os indígenas e suas organizações; do outro, principalmente fazendeiros, oriundos de famílias colonizadoras e que se estabeleceram nas terras de macunai'mî, para criação de gado e exploração mineral.

No ano de 1993, já dentro do nosso corpus de análise, quando da publicação do Relatório Antropológico<sup>10</sup> definindo a área básica de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, a Folha de Boa Vista publicou 248 edições, sendo que as edições, 101, 120, 132, 137 e 210 não se encontram digitalizadas. Nesse período o jornal, nas sextas-feiras, publicava edições que atendiam a pauta de sexta-feira, sábado e domingo.

Percebemos, ao analisar as notícias publicadas, que no mês em que o Relatório Antropológico foi entregue à FUNAI, para cumprimento dos demais critérios estabelecidos na legislação vigente, o jornal Folha de Boa Vista trouxe o acontecimento da demarcação em 17 das 20 edições publicadas. A estratificação dos dados também permitiu identificar que 70% das capas do periódico trouxeram o processo da demarcação em suas manchetes ou chamadas.

Os editores do jornal centralizaram as exposições na editoria de Política, com 19 publicações. Quando as fontes eram indígenas a pauta migrava para a editoria de cidades, que contabilizou a publicação de 06 matérias (com apenas 50% delas tendo como fontes representantes indígenas). A editoria de opinião apresentou 04 artigos que trataram

---

<sup>9</sup> As edições 611 e 614, por exemplo, deixam claras a linha editorial do jornal em apoio as fazendas que se constituíram dentro das terras ocupadas tradicionalmente pelos indígenas.

<sup>10</sup> A base para elaboração do relatório teve como parâmetro legal o Decreto 22/1991, alterado pelo Decreto 608/1992 que teve seu parágrafo primeiro do artigo segundo do Decreto 1.775/1996 regulamentou o artigo 231, encampado por este novo regulamento, válido até os dias atuais, estabelecendo que estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação.

diretamente sobre o tema da demarcação, sendo apenas um deles escrito por um indígena. A surpresa foi identificar na editoria Social uma passagem contra a demarcação das terras indígenas.

Já no mês de dezembro de 1998, quando da publicação da Portaria de Demarcação 820/1998<sup>11</sup> definindo a área territorial da TIRSS, a Folha de Boa Vista publicou 24 edições do jornal. O veículo realizava tiragens que atendiam a pauta de sábado e domingo numa única edição. Apesar de o tema ser abordado com a mesma lógica jornalística, observamos que o impacto da temática sobre o processo de produção de notícias é muito inferior ao observado em 1993 – quando da publicação do Relatório Antropológico que definiu a área legal da TIRSS.

Analisando a estratificação das notícias publicadas e como essas aparecem no jornal observamos que, das edições, apenas 17% trouxeram a pauta da demarcação. Com exceção da edição 2573, todas as demais edições trouxeram chamadas na capa sobre o processo demarcatório. Nesse conjunto de textos também fica evidente a linha editorial adotada pelo jornal. Nela, o direito a terra e ao território, por parte dos povos originários, é transfigurado numa espécie de resistência comunicacional, contra o estabelecido na Constituição em seu artigo 231.

Quando Souza (2006) afirma, que a produção da narrativa exige padrões comportamentais legitimadores da notícia, fica aí uma questão a ser respondida: é possível estabelecer essa legitimação em uma notícia que transpõe o efetivo acontecimento da Demarcação da Terra Indígena, para fundamentar uma narração em torno da contestação do acontecimento?

É importante salientar que no jornalismo, o estabelecimento dos valores noticiosos, impõe critérios substantivos para formulação das notícias como categoria social, os quais devem oportunizar as múltiplas falas – algo não identificado nas produções analisadas. No caso em tela, a notícia e as narrativas sobre os acontecimentos que ela transporta, foi completamente invertida.

Neste conjunto de textos o acontecimento deixa de ser a “demarcação da TIRSS” (e, conseqüentemente, o cumprimento da Constituição Federal e a efetivação do direito ao usufruto das terras pelos Povos Indígenas), para adotar a “perspectiva de sua contestação”, como o acontecimento central a ser privilegiado nas notícias veiculadas.

O jornal opta por privilegiar em sua narrativa os “direitos de fazendeiros” (deslegitimados pelo parágrafo 6º, do artigo 231, da Constituição Federal) em detrimento da

---

<sup>11</sup> Publicada em 11 de dezembro de 1998 e revista pela Portaria 534/2005, ambas expedidas pelo Ministério da Justiça.

conquista do direito dos indígenas a suas terras tradicionalmente ocupadas. Essa perspectiva sustenta uma produção noticiosa mantenedora do processo de usurpação destes direitos.

A contestação dos direitos indígenas, preconizada pelo periódico, impõe um processo de seleção de informações que leva diretamente ao processo de confronto das relações sociais e de disputa estabelecidos, tendo como fundamento a apresentação da notícia com apenas um olhar – o qual não é consistente com o acontecimento em si, mas, algo estruturado sobre um desdobramento deste acontecimento, baseado na contestação do ato demarcatório, por estruturas do Estado que passam a defender interesses de outras frações representativas, insinuando inclusive que os povos indígenas não compõe (também) o “povo de Roraima”.

A (re)apropriação do espaço social por representações privadas, as quais utilizam espaços (como os massmedia) para fracionar a lógica do processo social da comunicação, e as narrativas construídas a partir dessa privatização do território, ficam evidentes no material analisado. O fato de que isso contrarie direitos constitucionais conquistados pelos indígenas, parece não significar nada ao jornal.

Outra narrativa que transborda dos textos analisados e que é expressa nos textos jornalísticos do período é a construção de uma perspectiva social de luta do Estado contra os Indígenas. As edições 1106, 1107, 1108, 1109, 1110, 1113, 1114, 1116, 1119, 1122 publicadas no mês de maio de 1993 trazem como principal narrativa a união dos políticos de Roraima contra a demarcação de terras indígenas em área contínua, especificamente na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O principal argumento aí utilizado é a “defesa dos interesses da sociedade”, o que reforça o estereótipo de exclusão dos indígenas desta forma de representação social – estratificando a sociedade roraimense, sem considerar os indígenas como gente.

No mês de dezembro de 1998, quando da oficialização da demarcação da TIRSS, essa narrativa retorna com o governo do Estado assumindo que recorrerá pela via judicial da decisão do Governo Federal, em nome dos interesses da “sociedade roraimense”. Essa falsa homogeneidade consolidada pelo jornal claramente exclui os indígenas do contexto social, impondo aos povos tradicionais não apenas o silenciamento de suas vozes, mas também a ausência de pertencimento ao espaço social, representado pelos povos que compõem o território de Roraima.

No contexto das publicações analisadas, em nenhum momento foi apresentada uma notícia que fosse integralmente voltada ao acontecimento primordial compreendido nestes dois períodos históricos. O direito dos Indígenas ao usufruto de seus territórios, estabelecido

pelo artigo 231 da Constituição Federal, em nenhum momento foi apresentado – sem a efetiva contestação idealizada pelas narrativas articuladas pelo jornal Folha de Boa Vista.

Quando analisamos as edições 1112, publicada em 12/05/1993, e a 1113, publicada em 13/05/1993, observamos melhor a relação entre signos estabelecidos e a política de conflitos arquitetada. A narrativa aí adotada viabiliza a construção de um imaginário, junto aos grupos de relações sociais, que se fundamenta no enaltecimento da nacionalidade, vinculando os povos indígenas e a demarcação a interesses outros (estrangeiros), enquanto políticos e militares se unem em defesa dos interesses nacionais. Tais narrativas estão ilustradas nas figuras 01 e 02.

**Figuras 01 e 02 - Publicações Folha de Boa Vista contrapondo Igreja e Exército**



Fonte: Folha de Boa Vista (1993).

Nas edições publicadas pelo jornal Folha de Boa Vista no período analisado, apenas três edições possuem notícias onde os indígenas são fontes da notícia – uma refere-se à demarcação de terras (publicada na edição 2575), e a outra consiste em enaltecer o processo de conflitos, forçando agora a narrativa de que os indígenas da TIRSS estariam armados para contrapor o Exército Brasileiro.

Na edição 2575, publicada em 16 de dezembro de 1998, o jornal apresenta pela primeira vez falas em defesa do processo de definição da TIRSS, ao utilizar como fonte Paulo Pankararu, assessor jurídico do Conselho Indígena de Roraima (CIR). A matéria apresenta a posição do Estado e sua decisão de judicializar qualquer tentativa de finalização do processo demarcatório.

No texto o assessor do CIR esclarece que: “(...) o período previsto para recursos já se encerrou, inclusive o Ministério da Justiça já julgou improcedente as ações contrárias à reserva” (Jornal Folha de Boa Vista. Edição 2575, página 4, 16/12/1998). A matéria ainda apresenta a opinião do assessor do CIR ao afirmar que o próximo passo da FUNAI será “(...) retirar os não índios (do território) e indenizá-los”.

Tal fala evidencia que lógica do processo de definição da TIRSS, para os indígenas, nunca foi a do confisco de terras, como demonstram as demais matérias analisadas – nas quais eles não tiveram direito de voz. Muito menos consiste no desrespeito à propriedade legalmente estabelecida. Pois, como lembra o representante do CIR, há o direito à indenização para as pessoas que se encontravam de forma regular nas terras ocupadas tradicionalmente pelos povos originários.

As outras duas edições em que encontramos falas de indígenas na narrativa apresentada pelo jornal Folha de Boa Vista consistem na tentativa de mostrar à sociedade que eles (os indígenas) estão armados para enfrentar o Exército; e para reafirmar a posição contrária dos representantes indígenas em relação ao programa Calha Norte.

Conforme Peixinho (2007), a narratividade jornalística contribui para configuração de novas vivências por ser carregada de sentidos e valores. Isso pudemos observar nas notícias analisadas na pesquisa, as quais fomentaram o enaltecimento de padrões culturais que consolidam processos políticos.

A posição editorial do jornal Folha de Boa Vista contra a demarcação da TIRSS, em área contínua, propõe uma premissa, não de um fazer transformador, como aponta Babo (2017), ao definir uma das características da narrativa; mas sim, em uma premissa mantenedora dos interesses privados de fazendeiros sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas no nordeste do Estado de Roraima – invertendo, desta forma, os princípios estabelecidos pela narrativa como instrumento aglutinador das diversas vozes que dialogam com determinado acontecimento.

Outro campo desta cooperação induzida, promovida pelo jornal Folha de Boa Vista, consiste na subjugação de sujeitos – estrutura presente no conjunto das micronarrativas que acionam a internacionalização do território brasileiro, o financiamento externo e a submissão das lideranças indígenas a interesses de outras organizações e a defesa da propriedade privada sobre determinações constitucionais.

Tal conjunto de micronarrativas sustenta uma outra macronarrativa que se apropria do Estado, via discurso de seus representantes políticos, para ressoar os interesses da uma

pretensa “sociedade” – a qual espontaneamente exclui os indígenas de sua composição (macronarrativa do Estado *versus* os Indígenas).

A efetivação desta macronarrativa se consolida por outra importante teoria existente no jornalismo, o silenciamento de vozes, possibilitando que interesses de parcelas da sociedade possam ser observados como interesses de uma coletividade, no contexto do espaço estruturado por relações sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratificação das notícias publicadas nos meses de maio do ano de 1993 e dezembro de 1998 demonstram que nas 44 edições analisadas, o Jornal Folha de Boa Vista trouxe narrativas sobre a demarcação da TIRSS em 21 edições – ou seja, 48% das edições narrativizaram a questão no periódico neste período. Porém, o sujeito indígena não aparece aí.

Em 97,9% das linhas publicadas sobre o tema não há vozes indígenas. Não fosse uma única matéria (edição 2575, publicada em 16 de dezembro de 1998), o nível de silenciamento dos indígenas seria absoluto. Pois, todas as outras produções se fundamentam no viés antidemarcação, adotado como linha narrativo-editorial pelo periódico no período.

Ao identificarmos as Formações Discursivas presentes em cada notícia, pudemos enfim compreender de onde vem a necessidade do silenciamento dos indígenas – afinal, se isso não ocorresse, as micro e macronarrativas identificadas não teriam sustentação/sustentabilidade no espaço das relações sociais estabelecidas pelos leitores ampliados da Folha de Boa Vista<sup>12</sup>.

Neste contexto a exposição de olhares contraditórios, como essência da construção da notícia, não é observada como uma perspectiva concreta adotada pelo periódico. Portanto, o silenciamento do Movimento Indígena consiste aí em uma ação deliberada do projeto editorial que se esforça para sustentar uma narrativa que fortalece as Funções Discursivas da macronarrativa que coloca em oposição o Estado *versus* os Indígenas.

Ao decidir por uma linha editorial contra a demarcação da TIRSS, o jornal opta por se distanciar de uma observação solidária em torno do acontecimento, desprestigiando os múltiplos olhares em torno da disputa pelo direito de uso das terras no Estado de Roraima<sup>13</sup>.

O jornal Folha de Boa Vista funciona aí uma “correia de transmissão” dos interesses da classe social detentora (ilegalmente) das terras, disseminando ideologias, as quais

---

<sup>12</sup> O jornal folha de Boa Vista à época era fonte primária de programas jornalísticos radiofônicos. Desta forma, as narrativas estruturadas no jornal também foram disseminadas pelas ondas de rádio em seus programas, ampliando-se o número de receptores da narrativa que preconizava em sua essência episteme anti-indígena.

<sup>13</sup> Pode-se aqui apontar que a intenção se fortalece devido ao jornal ser dependente das fontes oficiais – preconizando o que se denomina de “síndrome da antena parabólica”, como afirma Costa Júnior (2010).

contrapõem os “interesses dos indígenas” ao “desenvolvimento econômico” do Estado e a manutenção da unidade nacional (Polistchuk; Trinta, 2018).

Nas linhas publicadas aparecem também que, tanto o jornal quanto as fontes utilizadas (em sua maioria fontes oficiais) circundam a macronarrativa do “Estado *versus* Indígenas”. E, excluem deliberadamente os indígenas desta composição social e da formação sociológica do Estado, impondo desta forma um verdadeiro *apartheid* que se consubstancia ao apresentar os políticos de Roraima contrários à demarcação da TIRSS, como “representantes da gente de Roraima” (Folha de Boa Vista, Edição 1112, 12/05/1993).

Desta forma, em linhas gerais, o jornal Folha de Boa Vista, ao inverter a natureza do acontecimento – do direito à demarcação das terras, para a contestação da demarcação – adota uma posição política diante do tema, impondo diretamente o silenciamento dos indígenas e suas entidades representativas. Isto em virtude de estas contraporem os interesses discursivos priorizados pelo jornal, como podemos identificar através das funções e sequências discursivas identificadas.

O desenvolvimento da pesquisa nos permite então ratificar que “(...) los medios de información no son, simplemente, vehículos de transporte de pensamientos, ellos condicionan estilos lógicos particulares de raciocínio, formatos e culturas” (Maldonado, 2015, p. 43). Essa assertiva é comprovada quando do estabelecimento da macronarrativa – identificada nas edições da Folha de Boa Vista, em maio de 1993 e dezembro de 1998 – que sustenta premissa do Estado *versus* Indígenas, funcionando o periódico como correia de transmissão de interesse de apenas uma parcela da sociedade, silenciando os indígenas que tem garantido o direito ao usufruto da terra.

Nesta busca por construir discursos hegemônicos também apontamos a complexidade das micronarrativas criadas, condicionadas a responsabilidade dos indígenas, as quais fomentaram uma lógica conflitiva absurda socialmente – a exemplo daquela que aponta que a demarcação de terras inviabilizaria economicamente Roraima.

Ao contrário da narrativa apresentada, a demarcação do território e posterior homologação da TIRSS, democratizou o acesso a terra e permitiu o desenvolvimento de projetos de autossustentabilidade que permearam o desenvolvimento humano coletivamente no local.

Porém, cerca de 30 anos depois, vemos com o debate em torno da tese do Marco Temporal, a reprodução das mesmas narrativas sobre o território aqui identificadas, demonstrando claramente que os fatos noticiados carregam uma carga ideológica de classe, que se mantém perene ao longo do tempo – ganhando, conforme a conjuntura política, uma

maior ou menor adesão da imprensa – que continua a silenciar o Movimento Indígena e sua luta.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, José Carlos. **Uma genealogia da espiral do silêncio**: A expressão da opinião sobre as praxes acadêmicas. Corvilhã: labcom, 2018. p. 177-228.

BABO, Maria Augusta. Considerações sobre a máquina narrativa. *In*: PEIXINHO, Ana Teresa; ARAÚJO, Bruno (Orgs.). **Narrativas e media**: Gêneros, Figuras e contextos. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. p. 71-102.

BENETTI, Marcia. Análise de discurso em jornalismo. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: vozes, 2007, p. 107-122.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

CALADO, Karolina Almeida; ROCHA, Heitor Costa Lima. Narrativas sob a luz da pragmática. *In*: SOSTER, Demetrio de Azeredo e PICCIRIN, Fabiana Quatrim (Orgs.). **Narrativas Midiáticas Contemporâneas: Perspectiva Epistemológica**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. p. 12-21.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DIOCESE DE RORAIMA (CIDR). **Índios de Roraima**: Makuxi, Taurepang, Ingaricó e Wapixana. Editora Coronário, 1989.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 246p.

DEFLEUR, Melvin L. **Teorias da comunicação de massa**. Tradução da 5 ed. Norteamericana, Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FONSECA, Valéria Castro; MOTA, Celia Maria Ladeira. **Fios narrativos da notícia**: uma perspectiva metodológica. *In*: MAIA, Marta e MARTINEZ Mônica (Orgs.) **Narrativas midiáticas contemporâneas: Perspectivas Metodológicas**. Santa Cruz do Sul: editora Catarse, 2018. Disponível em: [www.editoracartase.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Narrativas\\_midiaticas\\_contemporaneas\\_perspectiva\\_metodologica.pdf](http://www.editoracartase.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Narrativas_midiaticas_contemporaneas_perspectiva_metodologica.pdf). Acessado em 17/06/2021. p. . 42-53.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de Conteúdo em jornalismo. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 123-142.



MAIA, Marta Regina; TAVARES, Michele da Silva. As temporalidades no jornalismo: do acontecimento às narrativas. *In*: PICCININ, Fabiana e SOSTER Demétrio. **Narrativas Midiáticas Contemporâneas: perspectivas epistemológicas**. Santa Cruz do Sul: Cartase, 2017. p. 73-85

MALDONAD, Efendy. Constitución del autoinvestigador: bases, rupturas, desplazamientos, crítica y definiciones. *In*: MALDONAD, Efendy. **Epistemología de la comunicación: Análisis de la viertente Mattelart em América Latina**. Quito: CIESPA, 2015. p. 17-50.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? *In*: HOHLFELDT, Antonio e *et al.* **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas, tendências**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-25.

MOTTA, Luiz G. Análise pragmática da narrativa: teoria da narrativa como teoria da ação comunicativa. *In*: PICCININ, Fabiana e SOSTER, Demétrio (Orgs.). **Narrativas Midiáticas Contemporâneas: perspectivas epistemológicas**. Santa Cruz do Sul: Cartase, 2017. p. 47-63

PEIXINHO, Ana Teresa; ARAÚJO, Bruno. **Narratividade e Media: géneros, figuras e contextos**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

POLISTCHUK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da Comunicação: O pensamento e a prática da Comunicação Social**. São Paulo: Campos, 2003.

QUADROS, Mirian Redin; MOTTA, Juliana; NASI, Lara. **Jornalismo e narrativa: aspecto do estado da arte das pesquisas no Brasil**. *In*: SOSTER, Demétrio de Azeredo e PICCIRIN, Fabiana Quatrim (Orgs.). **Narrativas Midiáticas Contemporâneas: Perspectiva Epistemológica**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. p. 36-46.

RESENDE, Fernando. **Imprensa e Conflito: Narrativas de uma geografia violentada**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

RIBEIRO. Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. Tradução: Constança Marcones César. Campinas: Papirus, 1994. 163 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Editora USP, 2012.

SOUZA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação de Media**. 2 ed. Porto: 2006. 761 p.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e Índios de Roraima: A disputa pela Terra 1977 a 1980**. 2003. 266 páginas. História – UFPE, Recife, 2003.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don. A organização da interação humana. *In*: WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don. **Pragmática da Comunicação Humana** – um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. Tradução de Álvaro Cabral. ed. São Paulo: Cultrix, 1967. p. 107-133

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 8 ed. Lisboa: Presença, 2006.